UM PEQUENO RECORTE DO BRASIL 2026

Retroceder ao início de 2026 para tratar de temas que dominaram a cena no Brasil não é tarefa das mais fáceis. Ou melhor, não seria tão difícil se a frugalidade fosse soberana num país onde a democracia vive sob constantes ameaças. O texto a seguir não faz críticas veladas; nem tampouco macular o ego de corruptos, apenas conta fatos que devem interessar aos verdadeiros patriotas.

A imposição do tarifaço abalou o país, uma vez que tornou-se um ponto concreto de atrito com os EUA; agenda que continua pendente à custa de uma tarifa adicional de 25% determinada em julho, sobre a exportações de diversos produtos, excluindo alguns comodities. Porém, como para tudo tem uma saída: o Brasil deu a volta no imperialismo e passou a exportar para outros países, equilibrando a balança comercial de exportações. E vai melhorar com o acordo comercial Mercosul-União Europeia, que após 26 anos de negociações, rubricou arrefecer as tarifas de exportações.

Com relação ao mercado de trabalho, no primeiro semestre de 2026, a taxa de desemprego permaneceu historicamente baixa: em torno de 5,5% a 5,8%, encerrando o terceiro trimestre do ano em 5,3%. Todavia, entre julho e agosto, o endividamento familiar atingiu recorde: 82% das famílias brasileiras tinham dívidas a vencer em julho e agosto de 2026, situação mitigada pelo programas de renegociação (Novo Desenrola), considerando que os juros continuam elevados.

O uso de IA generativa explodiu. Entrou na vida de todos nós.

Na educação, em setembro, o Conselho Nacional de Educação aprovo (CNE) publicou diretrizes que proíbem o uso autônomo de IA generativa: por alunos até o 5º ano; veda correção automatizada de redações e provas dissertativas, exigem supervisão humana e transparência. Na campanha eleitoral, as deepfakes pegaram pesado, porquanto, manipulavam imagem ou voz de figuras públicas, mostrando que quase dois terços dos conteúdos políticos gerados por IA entre janeiro e agosto de 2026 não sinalizaram o uso da tecnologia, violando regras do TSE.



Milson Muscovick
Diretor-Geral

O legado da COP30 de Belém (novembro de 2025), que segue para a COP 31, na Turquia, (novembro de 2026), consolidou o Brasil como um dos países mais submetidos à cobrança na agenda climática global, conexo a temas como transição energética e fim do desmatamento. As contradições acerca da transição energética permanecem. Se por um lado o governo pensou em diretrizes planejadas - com redução gradual da dependência de fósseis, expansão de renováveis (eólica e solar), eletrificação e modernização de hidrelétricas -a Foz do Amazonas tornou-se o principal ponto de tensão, dado que, um vazamento de petróleo pode causar desastre ambiental em ecossistemas sensíveis, afetar manguezais e o sistema recifal amazônico, além de espalhar manchas de óleo pela costa do Amapá, países vizinhos e Caribe. Na esteira climática, devemos considerar o fenômeno El Niño, que já foi classificado como Super El Niño, provoca secas severas que devastam plantações em países da América Central e chuvas torrenciais e enchentes no sul do Brasil.

No campo das conquistas, tenho orgulho em considerar como um grande avanço na Educação, por conseguinte, na formação do cidadão brasileiro, o novo Plano Nacional de Educação (PNE 2026-2036), que estabeleceu 19 objetivos, 73 metas e 372 estratégias, com foco em universalização da pré-escola e creche, alfabetização, tempo integral, inclusão e financiamento. Estas diretrizes são o arcabouço educacional para elevar o padrão de resultados do IDEB, já considerando que o Ideb 2025- divulgado em 2026- registrou a maior evolução acumulada em 20 anos, com recorde histórico de médias para os anos iniciais e finais do fundamental e ensino médio, conquanto as disparidades regionais persistem.

LULA REELEITO

O resultado de 25 de outubro alçou Lula para o 4o mandato como presidente do Brasil. O ambiente eleitoral mostrou que a mobilização coordenada nas redes e nas ruas foi capaz de alterar o curso de uma eleição apertada. Agora, o desafio do presidente Lula passa a ser traduzir essa energia em governabilidade e em resultados para a sociedade.

Bom leitura e Bom governo a todos!

CAPA
Renan Fonseca

RETROSPECTIVA 2026

PANORAMA

LULA REELEITO COM 64,2 MILHÕES DE VOTOS

Imagem Miolo Palácio do Planalto
Crédito: Michel Temer



A MOBILIZAÇÃO QUE MUDOU O SEGUNDO TURNO E OS DESAFIOS DO QUARTO MANDATO PARA LULA

COM 64,2 MILHÕES DE VOTOS, O PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA VENCEU FLÁVIO BOLSONARO E CONQUISTOU O QUARTO MANDATO.
A RECUPERAÇÃO ENTRE OS TURNOS, A FORÇA DAS REDES E DAS RUAS E O NOVO MAPA DO CONGRESSO E DO STF DEFINEM O CENÁRIO A PARTIR DE 2027

No domingo, 25 de outubro de 2026, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi reeleito para um quarto mandato após derrotar o senador Flávio Bolsonaro (PL) no segundo turno das eleições presidenciais. Com 100% das urnas apuradas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Lula obteve 64.256.232 votos, equivalentes a 51,79% dos válidos. Flávio Bolsonaro recebeu 59.826.041 votos (48,21%). A diferença ficou em cerca de 4,43 milhões de votos, mais do que o dobro da margem registrada em 2022.

O resultado marcou um feito inédito na história das eleições presidenciais brasileiras desde a redemocratização: pela primeira vez, um candidato que terminou atrás no primeiro turno conseguiu reverter a desvantagem e vencer no segundo. No dia 4 de outubro, Flávio havia liderado com 56.104.503 votos (47,03%), enquanto Lula somou 53.879.538 (45,16%). Entre as duas etapas, Lula conquistou mais de 10,3 milhões de votos adicionais; Flávio, cerca de 3,7 milhões. Os dois finalistas somaram quase 14 milhões de votos a mais no segundo turno em comparação com a primeira etapa.

A abstenção caiu de 21,08% no primeiro turno para 19,21% no segundo, totalizando cerca de 30 milhões de eleitores que não compareceram. Houve também redução nos votos brancos (1,12%) e nulos (2,12%). Lula se tornou o presidente mais votado da história do país, superando seu próprio recorde de 2022 (60,3 milhões).

A recuperação: redes, ruas e debates

"Após o resultado do primeiro turno, a campanha de Lula reorganizou a estratégia em três eixos principais: comunicação digital, presença nas ruas e desempenho nos debates"

Nas redes sociais, o canal de WhatsApp "Exército do Lula", coordenado pelo deputado federal André Janones (Rede-MG), tornou-se o principal instrumento de mobilização. O grupo, que reunia dezenas de milhares de seguidores no fim do primeiro turno, ultrapassou 10 milhões nas semanas seguintes. Ele foi usado para distribuir conteúdos, orientar engajamento em hashtags, compartilhar vídeos e convocar apoiadores para atos e para as urnas. Lives com o presidente chegaram a reunir mais de 1 milhão de espectadores simultâneos. A campanha também adotou formatos mais diretos, como vídeos em estilo "selfie", buscando falar de forma mais próxima com o eleitor.

Paralelamente, a presença nas ruas foi intensificada. Manifestações e atos em favor da candidatura ocorreram em dezenas de cidades de praticamente todos os estados. Em São Paulo, atos na Avenida Paulista reuniram centenas de milhares de pessoas. Artistas, influenciadores e lideranças locais se engajaram publicamente, ampliando o alcance da mobilização. A convocação de jovens e idosos para ir às urnas foi um dos eixos recorrentes das mensagens.

Nos debates televisionados, realizados pela TV Bandeirantes e pela Rede Globo, o confronto direto entre os dois candidatos foi acompanhado de perto. A performance de Lula nesses encontros e a capacidade de transformar a mobilização digital e presencial em votos contribuíram para a recuperação registrada nas pesquisas e, posteriormente, nas urnas.

Em Minas Gerais, estado tradicionalmente decisivo e conhecido como "pêndulo" eleitoral, Lula reverteu a desvantagem do primeiro turno e venceu no segundo, com 50,43% dos votos. Houve também redução da rejeição em partes do Sudeste. O conjunto desses fatores: atuação coordenada nas redes, presença nas ruas, engajamento de diferentes gerações e desempenho nos debates, foi apontado como elemento central da virada.

"O resultado final reforçou a percepção de que a participação popular ativa, tanto digital quanto presencial, teve peso decisivo no desfecho democrático da disputa"

O que o presidente reeleito prometeu

No discurso de vitória, proferido em São Paulo na noite de 25 de outubro, Lula afirmou que a eleição ensinou "muitas lições" e que pretende "mudar o jeito de governar este país". Entre as prioridades anunciadas estão:

1. Fortalecimento da comunicação digital e diálogo direto pelo celular

Lula afirmou que a comunicação digital "vai ganhar um espaço muito grande" no governo e que pretende conversar "muitas vezes por dia" diretamente com a população, sem depender

da mediação de jornalistas. O presidente citou o celular recebido durante a campanha e a participação no canal de WhatsApp "Exército do Lula", que ultrapassou 10 milhões de inscritos nas semanas finais da disputa.

O governo federal já utiliza o WhatsApp de forma institucional. Desde o início de 2026, mensagens são enviadas pelo perfil oficial Gov.br (plataforma com cerca de 175 milhões de usuários) para divulgar programas sociais, campanhas de vacinação, serviços como CNH do Brasil e Celular Seguro, e orientações diversas. As comunicações atingem milhões de destinatários cadastrados e continuaram mesmo durante o período de restrições eleitorais.

A proposta de intensificar esse canal aponta para um modelo de diálogo mais frequente e bidirecional, com lives, grupos e mensagens diretas como ferramentas de prestação de contas e de consulta à população sobre decisões do Executivo.

2. Regulação das plataformas digitais

No mesmo discurso, Lula declarou que a eleição exigiu "vencer a intromissão vinda de fora para dentro através de plataformas digitais" e prometeu regulá-las. A fala reforça a agenda de responsabilização das big techs por conteúdos ilícitos, combate a crimes digitais e freio a interferências externas em processos eleitorais.

O marco regulatório avançou em 2026. Os Decretos nº 12.975 e 12.976, de maio de 2026, atualizaram a regulamentação do Marco Civil da Internet e ampliaram as competências da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). As normas impõem às plataformas deveres de cuidado, gestão de riscos sistêmicos, transparência, canais de notificação e remoção de conteúdos criminosos (fraudes, violência contra mulheres, exploração sexual, racismo, entre outros). O Decreto 12.976 trata especificamente da proteção das mulheres no ambiente digital, com prazos reduzidos de remoção e restrições ao uso de inteligência artificial para geração de conteúdo íntimo. A ANPD passou a receber denúncias e a fiscalizar o cumprimento das obrigações.

O Supremo Tribunal Federal também alterou a interpretação do artigo 19 do Marco Civil, ampliando hipóteses de responsabilização das plataformas por conteúdos de terceiros. Projetos de lei mais abrangentes sobre redes sociais continuam em tramitação no Congresso, mas o arcabouço atual já representa mudança significativa em relação ao modelo anterior, mais reativo.

3. Investimento em economia digital, verde e criativa: data centers e inteligência artificial brasileira

"Lula defendeu a criação de uma inteligência artificial nacional ("não quero ficar dependendo de inteligência artificial chinesa ou americana") e o uso da matriz energética renovável brasileira para atrair data centers. As empresas que se instalarem no país, segundo ele, deverão manter parte da capacidade e dos dados em território nacional"

Em setembro de 2026, foi sancionada a Lei nº 15.504/2026, que institui o Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter (Redata). O programa suspende, por cinco anos, Imposto de Importação, PIS/Cofins e IPI sobre equipamentos, desde que as empresas cumpram requisitos: uso de energia 100% renovável ou de baixa emissão, eficiência hídrica (máximo de 0,05 litro de água por kWh), destinação de pelo menos 10% da capacidade de processamento e armazenamento ao mercado interno (incluindo órgãos públicos e instituições de pesquisa) e reinvestimento de 2% do valor dos produtos beneficiados em pesquisa, desenvolvimento e inovação no Brasil.

O governo estima que o Redata possa atrair investimentos bilionários e reduzir a dependência de processamento de dados no exterior (hoje cerca de 60% dos dados brasileiros são processados fora do país). A combinação de energia limpa abundante e incentivos fiscais posiciona o Brasil como polo potencial de data centers "verdes", com impacto esperado na economia digital, na criação de empregos qualificados e no desenvolvimento de capacidade nacional em inteligência artificial.

4. Universalização da escola de tempo integral até o ensino médio e expansão do Pé-de-Meia

A meta anunciada é concluir a universalização da escola em tempo integral até o ensino médio. O Ministério da Educação trabalha com a perspectiva de alcançar cerca de 60% das matrículas da rede pública nessa modalidade nos próximos anos, considerando que parte dos estudantes opta por outras jornadas (como aprendizagem profissional). O financiamento passou a ser majoritariamente viabilizado pelo Fundeb, com exigência mínima de aplicação pelos estados e municípios.

O programa Pé-de-Meia, criado para combater a evasão no ensino médio, registrou resultados expressivos: queda de 61% no abandono escolar e de 62% na reprovação entre os beneficiários. A intenção é universalizá-lo para todos os estudantes da rede pública de ensino médio, o que elevaria o custo anual de cerca de R$ 12 bilhões para aproximadamente R$ 17 bilhões.

Foi anunciada ainda a criação do Pé-de-Meia Universitário. A proposta prevê depósito mensal de R$ 700 durante dez meses, além de um valor adicional ao final do ano, totalizando cerca de R$ 10 mil anuais por aluno (até R$ 38 mil ao longo de quatro anos de graduação). O custo estimado para atender 1 milhão de estudantes por ano é de R$ 4,6 bilhões, com recursos previstos no Fundo Social do Petróleo. O benefício seria destinado a alunos de universidades públicas e do Prouni.

5. Continuidade de investimentos no SUS e modernização da rede pública

O governo mantém a linha de expansão e modernização da infraestrutura do Sistema Único de Saúde. O Novo PAC Saúde prevê dezenas de bilhões de reais em obras, equipamentos e veículos, incluindo construção de Unidades Básicas de Saúde, Centros de Atenção Psicossocial, policlínicas, renovação de frotas do SAMU e distribuição de kits tecnológicos para atenção primária.

Entre as ações recentes estão a inclusão de novos medicamentos oncológicos de alta tecnologia (nove fármacos iniciaram oferta em outubro de 2026, com previsão de chegar a 23 até o fim do ano, ampliando em 35% as opções de tratamento na rede pública) e a distribuição de testes de rastreamento de câncer colorretal e de colo do útero. Também foi assinado contrato para implantação do Hospital Inteligente e da Rede de UTIs Conectadas, com monitoramento remoto e protocolos padronizados, em parceria com o Instituto Tecnológico de Medicina Inteligente do Brasil. O Proadi-SUS foi renovado para o triênio 2027-2029, com R$ 4 bilhões destinados a hospitais de excelência.

A modernização inclui ainda a Rede Nacional de Dados em Saúde (prontuário eletrônico interoperável) e o fortalecimento da atenção primária e do acesso a especialistas, com o objetivo de reduzir filas e aumentar a resolutividade do sistema.

A implementação dependerá de articulação política no Congresso, disponibilidade orçamentária e capacidade de execução nos estados e municípios. O presidente também destacou a importância da participação popular nas decisões e afirmou que a comunicação digital ganharia "espaço muito grande" no novo mandato.

O Congresso que o governo encontrará

"A composição do Congresso eleito em 2026 apresenta desafios relevantes para a articulação política do Executivo. O Partido Liberal (PL) elegeu a maior bancada individual da Câmara dos Deputados desde a redemocratização, com 121 parlamentares. No Senado, a legenda consolidou a maior bancada, com 28 senadores a partir de 2027"

A federação PT-PCdoB-PV ficou com 88 cadeiras na Câmara (70 do PT). Outros partidos de centro e de direita também ampliaram ou mantiveram representação significativa. Para aprovar projetos de maior impacto, especialmente aqueles que exigem maioria absoluta ou qualificada, o governo precisará negociar de forma permanente com o Centrão e outras legendas. A formação de base de apoio dependerá de articulações contínuas ao longo dos quatro anos.

As vagas no Supremo Tribunal Federal

Durante o mandato 2027-2030, Lula poderá indicar até quatro ministros ao Supremo Tribunal Federal. Além da vaga aberta pela aposentadoria antecipada de Luís Roberto Barroso (ocorrida em 2025), estão previstas as aposentadorias compulsórias de Luiz Fux (abril de 2028), Cármen Lúcia (abril de 2029) e Gilmar Mendes (dezembro de 2030). As indicações precisam ser aprovadas pelo Senado, onde o PL terá peso relevante.

A recomposição parcial da Corte ao longo do mandato terá impacto sobre o perfil do tribunal e sobre a interpretação de temas de grande relevância jurídica e política.

O cenário a partir de 2027

A reeleição de Lula, conquistada em virada inédita, abre um novo ciclo de quatro anos marcado por três eixos centrais: a necessidade de negociação política intensa no Congresso, a recomposição parcial do STF e o compromisso anunciado de fortalecer a comunicação digital e ampliar a participação popular nas decisões.

"Os próximos meses definirão o ritmo dessas mudanças e a capacidade de transformar as promessas de campanha em políticas concretas. O resultado de 25 de outubro mostrou que a mobilização coordenada nas redes e nas ruas foi capaz de alterar o curso de uma eleição apertada. Agora, o desafio passa a ser traduzir essa energia em governabilidade e em resultados para a sociedade"

BRASIL 2026

O ANO EM QUE GEOPOLÍTICA, ECONOMIA, TECNOLOGIA E A SOCIEDADE SE CRUZARAM EM UM PONTO DE INFLEXÃO

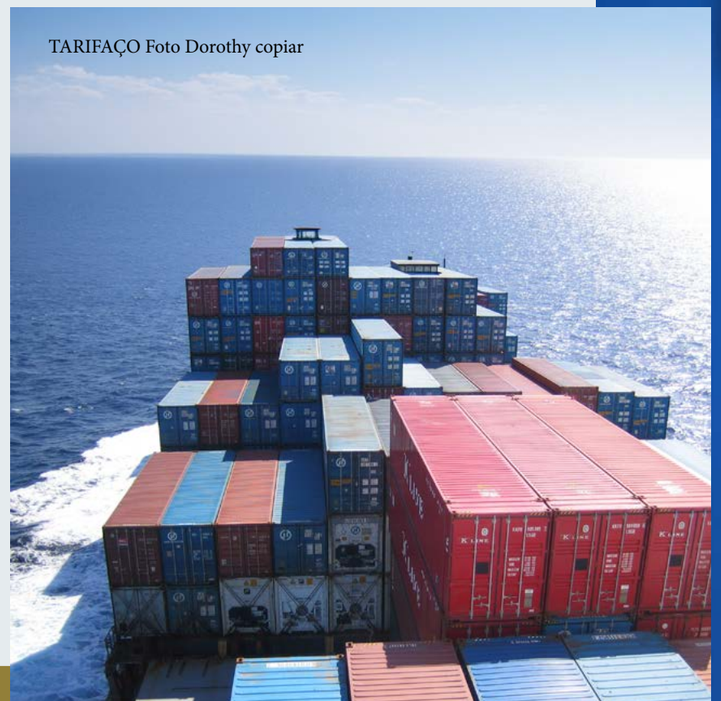
Tensões com os Estados Unidos l Acordo histórico com a Europa I Endividamento recorde das famílias I Avanços e riscos da inteligência artificial I Exploração de petróleo na Foz do Amazonas I A crise silenciosa de saúde mental marcaram o ano em que o país enfrentou dilemas decisivos em pleno ciclo eleitoral

Em 2026, o Brasil viveu um ano marcado por tensões externas, avanços e vulnerabilidades internas, disputas tecnológicas e ambientais, e um ciclo eleitoral que potencializou todos esses elementos. A grande reportagem a seguir organiza os fatos mais relevantes a partir de fontes oficiais, dados de instituições públicas e privadas, e registros de cobertura jornalística verificada, com ênfase na apuração em documentos, indicadores e declarações institucionais

Tensões geopolíticas: Trump, América Latina, tarifaço e o Pix

As relações com os Estados Unidos sob Donald Trump dominaram a agenda externa logo no início do ano e se intensificaram ao longo de 2026. Trump tratou as eleições brasileiras como um "grande teste" para a influência americana na América Latina, segundo artigos que ele mesmo compartilhou e declarações públicas. Em junho, ele destacou vitórias da direita na região (El Salvador, Argentina, Equador, Colômbia e outros) e posicionou o Brasil como o próximo desafio estratégico.

O tarifaço se tornou o ponto concreto de atrito. Após investigação sob a Seção 301 da legislação comercial americana (aberta em 2025), os EUA aplicaram, a partir de 22 de julho de 2026, uma tarifa adicional de 25% sobre parte das exportações brasileiras (estimada entre 19% e 21% do volume bilateral, com impacto de US$ 7–11 bilhões). Produtos industriais, máquinas, calçados, etanol e manufaturados foram os mais atingidos; carnes, café, petróleo, aeronaves e minerais tiveram isenções amplas.



TARIFAÇO Foto Dorothy copiar

Entre as justificativas americanas constavam barreiras ao etanol dos EUA, questões de propriedade intelectual, desmatamento e, de forma destacada, o Pix. O USTR (United States Trade Representative) classificou o sistema de pagamentos instantâneos brasileiro como "campeão nacional" favorecido pelo Banco Central, com alegado conflito de interesses e discriminação a empresas americanas (Visa, Mastercard, PayPal etc.). O governo brasileiro rejeitou as acusações, apontou participação de empresas dos EUA no ecossistema e defendeu a equidade do sistema. Negociações técnicas continuaram; em setembro de 2026, ministros brasileiros e o representante comercial dos EUA marcaram reunião presencial para 30 de setembro e 1º de outubro.

"Paralelamente, houve rebaixamento diplomático, sanções pontuais e declarações de Trump sobre "boa relação com o Brasil" sem menção direta ao presidente Lula, enquanto afirmava ter ajudado a eleger lideranças de direita na América do Sul. O quadro alimentou temores de interferência no processo eleitoral brasileiro de outubro de 2026"



MERCOSUL- Ilustração Divulgação

Cenário econômico: acordo histórico, emprego baixo e endividamento recorde

Em 1º de maio de 2026, o acordo comercial Mercosul–União Europeia entrou em vigor de forma provisória, após 26 anos de negociações. Mais de 80% das exportações brasileiras para a Europa passaram a ter tarifa zerada imediatamente; a liberalização progressiva alcançará mais de 90% do comércio bilateral. O tratado cria uma das maiores áreas de livre comércio do mundo (cerca de 720–780 milhões de consumidores e PIB combinado superior a US$ 22 trilhões). A aplicação provisória ocorreu por decisão da Comissão Europeia, enquanto o Tribunal de Justiça da UE ainda analisa aspectos jurídicos.



ENDIVIDAMENTO Foto Victor Cardoso

No mercado de trabalho, a taxa de desemprego permaneceu historicamente baixa: em torno de 5,5% a 5,8% no primeiro semestre de 2026 (dados dessazonalizados e da IFI/Senado). Projeções de instituições apontavam média próxima de 5,7%–5,9% para o ano, com acomodação gradual.

O arcabouço fiscal e a dívida pública, no entanto, seguiram sob pressão. A Dívida Bruta do Governo Geral era projetada para fechar 2026 entre 82,5% e 83,5% do PIB, com tendência de alta no curto prazo e estabilização só no médio prazo, dependendo de superávits primários consistentes. Déficits primários projetados ficaram em torno de 0,4%–0,5% do PIB em 2026, dentro ou próximos do limite inferior da meta, com incertezas eleitorais e de receita.

O endividamento das famílias atingiu recorde: 82% das famílias brasileiras tinham dívidas a vencer em julho e agosto de 2026 (Pesquisa Peic/CNC), o sexto ou sétimo mês consecutivo de marca histórica. A inadimplência oscilou perto de 29,8%–29,9%. Famílias de baixa renda (até três salários mínimos) sofreram mais: cerca de 85% endividadas e quase 39% com contas em atraso. Programas de renegociação (Novo Desenrola) mitigaram parte do problema, mas a pressão de juros elevados e o comprometimento de renda permaneceram como desafio estrutural.

Inteligência artificial, ética digital e impactos sociais

O uso de IA generativa explodiu, inclusive na pré-campanha eleitoral. Levantamento do Observatório IA nas Eleições (Data Privacy Brasil e Aláfia Lab) mostrou que quase dois terços dos conteúdos políticos gerados por IA entre janeiro e agosto de 2026 não sinalizaram o uso da tecnologia, violando regras do TSE. Cerca de 81% eram deepfakes que manipulavam imagem ou voz de figuras públicas (Lula como principal alvo). O TSE reforçou proibições a deepfakes em propaganda eleitoral, restrições temporais próximas à votação e obrigação de planos de conformidade para grandes plataformas.

No Congresso, avançou o marco regulatório da IA (PL 2668/2025 e discussões do PL 2338/2023), com classificação de sistemas de alto risco, transparência, rastreabilidade de conteúdos sintéticos e papel central da ANPD. Decretos de maio de 2026 ampliaram competências da ANPD sobre violência digital e deepfakes íntimos.

O excesso de telas e a adultização precoce continuaram no centro do debate de saúde mental infantil e juvenil. Estudos e especialistas apontaram correlação com ansiedade, distúrbios de sono, irritabilidade, sedentarismo e prejuízos ao desenvolvimento socioemocional. Em São Paulo, atendimentos a crianças de 5 a 9 anos por estresse e hiperatividade cresceram fortemente. Dados do IBGE e alertas de pediatras e psicólogos reforçaram a necessidade de limites e literacia digital.

"Na educação, o Conselho Nacional de Educação aprovou, em setembro de 2026, diretrizes que proíbem o uso autônomo de IA generativa por alunos até o 5º ano, vedam correção automatizada de redações e provas dissertativas, exigem supervisão humana e transparência. O MEC publicou Referencial de IA na Educação com foco em equidade e proteção de dados"



IA nas Escolas Foto Sesi e Senai.

Meio ambiente, mudanças climáticas, transição energética, Foz do Amazonas e ESG

O ano de 2026 consolidou o Brasil como um dos países mais expostos e, ao mesmo tempo, mais cobrados na agenda climática global. O legado da COP30 de Belém (novembro de 2025) e a preparação para a COP31 na Turquia (9 a 20 de novembro de 2026) colocaram o país no centro das discussões sobre transição energética e fim do desmatamento. O governo brasileiro se comprometeu a entregar, na COP31, três documentos, incluindo o mapa do caminho global para o afastamento dos combustíveis fósseis, tema que não avançou no texto final de Belém por resistência de petroestados. A presidência brasileira da COP30 manteve, ao longo de 2026, a tentativa de construir coalizões e esboços desse roteiro, de caráter flexível e adaptado às realidades nacionais.

Internamente, o fenômeno El Niño se intensificou e, em setembro de 2026, já era classificado como "Super El Niño" pela NOAA, com anomalias de temperatura da superfície do mar iguais ou superiores a +2°C. As projeções indicavam mais de 90% de chance de o fenômeno atingir intensidade muito forte entre outubro e dezembro, com efeitos que podem se estender até 2027. O resultado foi uma divisão climática extrema no território brasileiro: chuvas intensas, enchentes e alagamentos no Sul e Sudeste (com mortes no Paraná, recordes de precipitação em São Paulo e milhares de pessoas afetadas), enquanto o Norte, Nordeste e partes do Centro-Oeste enfrentavam seca prolongada, baixa umidade e risco elevado de queimadas. O governo federal colocou mais de 500 municípios em alerta vermelho para risco de fogo até novembro. Órgãos como o Cemaden alertaram para
impactos na geração hidrelétrica (bacias do Xingu, Madeira e Tocantins-Araguaia), na agricultura, na qualidade da água e na saúde respiratória.



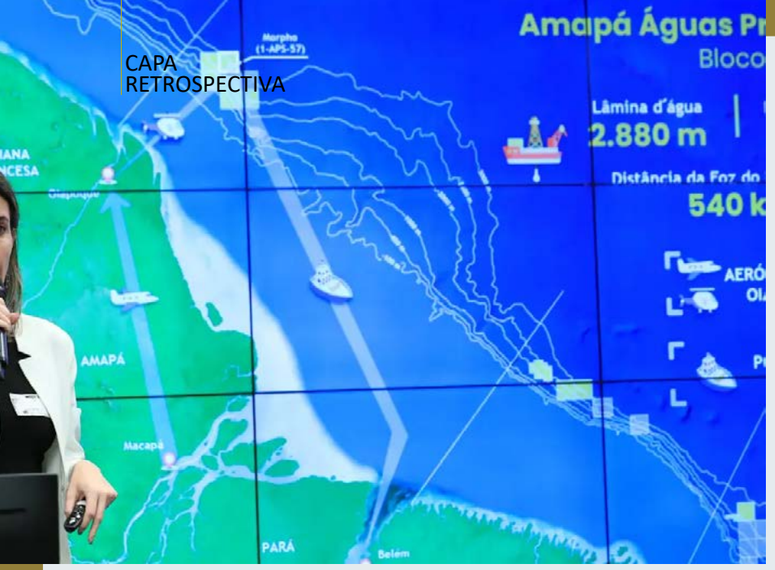
EL NIÑO Foto Rafa Neddermeyer-Agência Brasil

"O quadro de 2026 mostra, portanto, um país que lidera discursivamente a agenda climática internacional e enfrenta, ao mesmo tempo, extremos climáticos cada vez mais intensos, a expansão da fronteira petrolífera em área de altíssima sensibilidade socioambiental e uma transição energética ainda marcada por tensões entre compromisso público e decisões concretas de investimento"



COP 30-Foto Divulgação

A transição energética permaneceu marcada por contradições. De um lado, o governo encomendou diretrizes para uma transição justa e planejada, com redução gradual da dependência de fósseis, expansão de renováveis (eólica e solar), eletrificação e modernização de hidrelétricas. Organizações como o WWF-Brasil apresentaram dezenas de recomendações técnicas sobre financiamento, governança, metas vinculantes e interrupção da expansão da fronteira fóssil. De outro lado, a Petrobras manteve a prioridade na produção de combustíveis fósseis em seu planejamento de médio prazo e a exploração na Margem Equatorial avançou.



Foz do Amazonas
Foto Lula Marques, Ag Brasil



Ilustração
Divulgação

A Foz do Amazonas (bloco FZA-M-59 e adjacentes) se tornou o principal ponto de tensão. Em 2025 o Ibama concedeu a licença de operação; em 2026 a estatal confirmou a presença de hidrocarbonetos no poço Morpho e, em setembro, obteve autorização para perfurar três novos poços contingentes (Manga, Crotalus e Morpho Extensão). Um vazamento de cerca de 18 mil litros de fluido de perfuração em janeiro já havia gerado questionamentos.

Estudos de modelagem (tanto da própria Petrobras quanto de organizações ambientais) indicam que um derramamento poderia atingir a costa do Amapá (Calçoene e Oiapoque), o Parque Nacional do Cabo Orange, o Grande Sistema Recifal Amazônico e se espalhar para Guiana Francesa, Suriname, Guiana e até o Caribe. Ações judiciais e denúncias de organizações e comunidades tradicionais apontam falhas em estudos de impacto, uso de dados desatualizados e risco a povos indígenas, quilombolas, pescadores e modos de vida locais. O Ministério Público Federal e entidades ambientais questionam a transparência e os impactos acumulados de uma campanha exploratória mais ampla.

No setor privado, a agenda ESG ganhou obrigatoriedade formal. A partir do exercício de 2026, empresas de capital aberto passaram a ter de reportar riscos e oportunidades de sustentabilidade e clima conforme os padrões internacionais IFRS S1 e S2 (Resolução CVM 193). O volume de ativos sob gestão em fundos ESG ultrapassou R$ 2,1 trilhões. Rankings de reputação colocaram Natura (líder pelo 12º ano consecutivo), Grupo Boticário e Mercado Livre no topo da responsabilidade ESG. Empresas de diversos setores avançaram em práticas de circularidade, redução de consumo de água e produtos químicos, capacitação de fornecedores e restauração de áreas. Ao mesmo tempo, estudos de relatórios de sustentabilidade apontaram desafios: a proporção de empresas com metas net zero mais robustas caiu significativamente, e apenas cerca de um terço dos relatórios passa por auditoria completa, o que limita a credibilidade das informações divulgadas.

Sociedade, trabalho, educação e cultura

O futuro do trabalho seguiu marcado por informalidade, plataformas digitais e debates sobre novas jornadas. Saúde mental no ambiente profissional e escolar ganhou visibilidade em meio à hiperconectividade. Desigualdades de acesso, inclusão e evasão escolar permaneceram desafios estruturais.

Na educação, o novo Plano Nacional de Educação (PNE 2026-2036), sancionado em abril de 2026 (Lei 15.388), estabeleceu 19 objetivos, 73 metas e 372 estratégias, com foco em universalização da pré-escola e creche, alfabetização, tempo integral (meta de 50% dos estudantes e 65% das escolas públicas), qualidade, inclusão e financiamento.

"O Ideb 2025 (divulgado em 2026) registrou a maior evolução acumulada em 20 anos: anos iniciais do fundamental chegaram a 6,3 (acima da meta), anos finais a 5,3 e ensino médio a 4,5: todos recordes históricos, embora o ensino médio ainda abaixo da meta. Houve avanços em proficiência, mas disparidades regionais persistiram (Paraná no topo, Amapá e estados do Norte/Nordeste com os piores índices)"

No Pisa 2025 (divulgado em setembro de 2026), o Brasil manteve notas estáveis em relação a 2022, mas ainda bem abaixo da média OCDE: 408 em leitura, 377 em matemática e 409 em ciências. A distância para países ricos diminuiu no longo prazo (desde 2006), porém o país segue com cerca de 4,6 anos de atraso em matemática e apenas 28% dos estudantes no nível mínimo de proficiência nessa disciplina.

No esporte, a Copa do Mundo 2026 (México, Canadá e EUA) teve o Brasil avançando na fase de grupos e eliminatórias, com vitórias importantes (incluindo sobre o Japão), mas eliminação posterior (derrota para a Noruega nas oitavas, segundo resultados oficiais da competição).

Na cultura, o cinema brasileiro consolidou relevância internacional. Após a vitória histórica de Ainda Estou Aqui (I'm Still Here) no Oscar de 2025 (Melhor Filme Internacional), 2026 trouxe indicações relevantes, incluindo O Agente Secreto (Kleber Mendonça Filho), com Wagner Moura e múltiplas categorias, além da disputa em andamento pela representação brasileira no Oscar seguinte.

"2026 deixou o Brasil em um ponto de inflexão: acordo comercial histórico com a Europa, emprego relativamente forte, avanços educacionais mensuráveis, mas endividamento familiar recorde, tensão comercial e geopolítica com os EUA, riscos ambientais na Margem Equatorial, e a necessidade urgente de regular a IA e proteger a infância digital. O ciclo eleitoral de outubro amplificou todos esses dilemas. As decisões tomadas (ou adiadas) neste ano definirão a trajetória do país na segunda metade da década"

BRASIL 2027: TECNOLOGIA, REFORMA TRIBUTÁRIA E ENERGIA LIMPA NO CENTRO DAS DECISÕES DO PRÓXIMO GOVERNO

ESPECIALISTAS EM INOVAÇÃO, CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO APONTAM CAMINHOS PARA TRANSFORMAR DISRUPÇÕES TECNOLÓGICAS, A TRANSIÇÃO TRIBUTÁRIA E A VANTAGEM ENERGÉTICA EM GANHOS DE PRODUTIVIDADE, COMPETITIVIDADE E EMPREGO — SEM APROFUNDAR DESIGUALDADES.

As entrevistas com Arthur Igreja, Hélio Alves da Silva e Paulo Roberto Feldmann iluminam três frentes decisivas que o presidente eleito em 2026 encontrará ao tomar posse em janeiro de 2027. Os temas inteligência artificial e futuro do trabalho, implementação da reforma tributária e potencial de crescimento via energia limpa, dialogam diretamente com os dilemas já mapeados: endividamento elevado, polarização, desigualdade e a urgência de combinar ajuste fiscal com inclusão e competitividade.



Foto cedida pelo entrevistado.

"O que vimos nos últimos anos é que praticamente não via políticos no Brasil falando sobre isso. E muitos, visivelmente, desconhecem o tema ou conhecem muito superficialmente o assunto, o que é grave"

Arthur Igreja, especialista em tecnologia e inovação

Inteligência artificial: entre disrupção e oportunidade

Arthur Igreja, especialista em tecnologia e inovação, destaca que a IA generativa já provoca uma ruptura sem precedentes. "É uma tecnologia que realmente causa uma disrupção sem precedentes e impacta diretamente a chamada economia do conhecimento, que, até então, entendia-se que tinha uma certa estabilidade e proteção. Agora, não é mais o caso", afirma.

Ele alerta, porém, contra uma leitura apenas pessimista. "Ao mesmo tempo, acho que não dá para olhar apenas pelo ângulo negativo ou pessimista da questão da precarização do trabalho ou da substituição. A grande pergunta é: como serão aproveitadas as oportunidades? Está se criando uma riqueza monumental a partir dessa tecnologia. E, para variar, estamos atrasados e fora desse panorama."

Sobre o equilíbrio entre regulação e competitividade, Igreja rejeita a dicotomia. "O ponto essencial é entender que essas situações não são mutuamente excludentes. Ou seja, não é isso ou aquilo, pode-se ter ambos. É possível ter um ambiente que seja seguro, que proteja os direitos. Agora, do outro lado, não pode ser uma coisa restritiva." Segundo ele, o debate precisa ser bem orquestrado para que o Brasil não perca competitividade global.

Reforma tributária: transição complexa e impactos setoriais

O professor Hélio Alves da Silva, gestor do curso de Ciências Contábeis da USCS, detalha os desafios práticos da reforma. Um dos principais obstáculos será a convivência com dois sistemas durante a transição e a implementação do split payment. “Esse novo mecanismo vai separar automaticamente o valor do imposto na hora em que o cliente passar o cartão ou fizer o Pix, enviando a parte do tributo direto para o governo e o restante para a empresa. Embora isso reduza a sonegação, vai exigir uma tecnologia financeira de ponta e sistemas muito bem calibrados.”

Ele diferencia o impacto por porte de empresa. Grandes companhias tendem a ter mais recursos para se adaptar; as menores, inclusive as do Simples Nacional, enfrentarão maior complexidade e custos. “Todo esse xadrez de créditos, novas tecnologias e despesas de transição afetará diretamente a formação de preços de tudo o que é vendido. No fim das contas, parte de toda essa conta de adaptação poderá ser repassada ao preço final pago pelo consumidor.”

Na análise setorial, a indústria e empresas com muitos insumos devem se beneficiar do melhor aproveitamento de créditos e do fim da cumulatividade, o que favorece exportações. Já comércio e serviços intensivos em mão de obra tendem a sentir aumento da carga efetiva, já que a folha de pagamento não gera créditos. “O consumidor sentirá essa balança nas prateleiras: alguns produtos, especialmente os industrializados, poderão ficar mais baratos, enquanto diversos serviços poderão encarecer.” Sobre conformidade, Silva alerta para o risco de erros de cálculo e multas durante a transição, mas reconhece o potencial de simplificação a longo prazo. “Como diz um tradicional ditado no meio contábil, ‘imposto bom é imposto velho.

“Com a chegada do novo modelo tributário, as empresas enfrentarão um longo período de incerteza jurídica até que tribunais e órgãos fiscalizadores consolidem um entendimento unificado sobre a lei”

Prof. Hélio Alves da Silva, gestor do curso de Ciências Contábeis da USCS

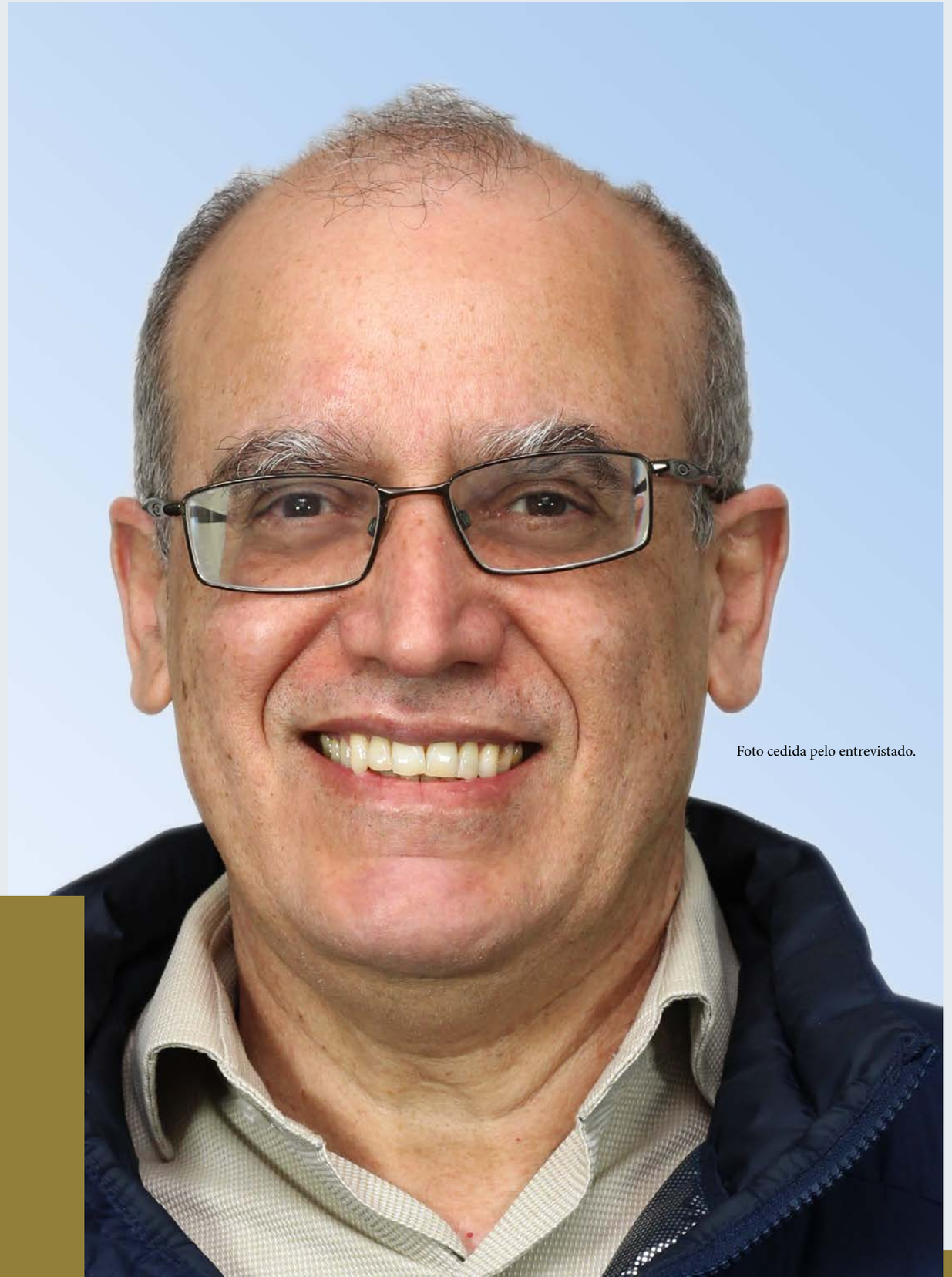


Foto cedida pelo entrevistado.

Energia limpa: vantagem competitiva ainda por converter em reindustrialização

Paulo Roberto Feldmann, professor livre-docente da FEA-USP e coordenador de projetos da FIA, reforça que o Brasil possui uma situação excepcional. “Realmente o Brasil tem uma situação excepcional em termos de que é um dos maiores produtores de energia elétrica obtida por meios limpos, por meios renováveis, água, sol e a eólica, os ventos. Isso é uma vantagem competitiva do Brasil enorme.”

O problema, segundo ele, está na dependência de equipamentos importados. “Hoje, principalmente energia solar e energia eólica são obtidas no Brasil através de equipamentos comprados na China. Poxa, por que o Brasil não sabe fabricar isso? Então, é essa, é, isso é algo que tem que mudar.” Feldmann defende política industrial explícita. “O Brasil é um país que, infelizmente, desistiu de implantar políticas industriais, isso já há mais de 30 anos. O futuro do Brasil depende completamente disso.”

Sobre os cortes de geração renovável e o interesse de data centers, ele aponta a falta de armazenamento e a necessidade de estratégia. “Nós só vamos conseguir resolver os problemas do corte de energia renovável por falta de transmissão, na hora em que nós estivermos usando baterias para armazenar essa energia que sobra.” Ao mesmo tempo, vê nos data centers uma oportunidade. “Os data centers poderiam ser instalados em qualquer local no Brasil. O Brasil poderia ser realmente um grande parque de data centers. Temos tudo isso, toda a condição de sermos um grande produtor de informações computacionais, principalmente na área de inteligência artificial.”

“Destaco o programa Re.data como avanço, mas insisto que a atração de investimentos internacionais via energia limpa exige cobrança adequada de impostos e benefícios reais para o país”

Paulo Roberto Feldmann, professor livre-docente da FEA-USP



Foto cedida pelo entrevistado.



Convergência para 2027

As três entrevistas convergem em um ponto: o Brasil possui ativos relevantes: capacidade tecnológica em expansão, reforma tributária em curso e uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo, mas falta estratégia coordenada para convertê-los em produtividade, empregos de qualidade e competitividade.

Arthur Igreja cobra letramento e aproveitamento das oportunidades da IA; Hélio Alves da Silva alerta para os custos da transição tributária e a necessidade de regras claras; Paulo Feldmann insiste em política industrial para que a energia limpa deixe de ser apenas geração e passe a ser base de reindustrialização.

"Quem assumir a Presidência em 2027 terá de decidir se esses ativos se transformarão em ganho estrutural ou permanecerão como potencial desperdiçado. As respostas dos especialistas indicam que o caminho passa por políticas públicas que combinem proteção, inovação e capacidade produtiva doméstica, exatamente o equilíbrio que a grande reportagem sobre o Brasil de 2026 já apontava como decisivo"

E SE PUDÉSSEMOS APRIMORAR O ALGORITMO DAS CIDADES, GOVERNANDO COM DADOS E INOVAR COM PROPÓSITO?



LÍVIO GIOSA: Presidente da ADVB – Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil; Presidente do CENAM – Centro Nacional de Modernização Empresarial e Presidente do Conselho do CNDA – Conselho Nacional de Defesa Ambiental

A tecnologia sempre foi uma aliada na evolução das cidades. Desde a invenção dos semáforos até os primeiros sistemas de transporte público, a inovação moldou a forma como vivemos e nos deslocamos. Hoje, estamos entrando em uma nova era: a era das cidades inteligentes, impulsionadas pela inteligência artificial (IA) e pelo uso massivo de dados. s cidades modernas enfrentam desafios cada vez mais complexos, desde o tráfego caótico até a gestão eficiente de recursos como água e energia. Mas e se fosse possível prever problemas antes mesmo que eles acontecessem? Graças à inteligência artificial (IA) e ao aprendizado de máquina, a gestão urbana está se tornando mais produtiva, eficiente e personalizada.

Hoje, metrópoles como Singapura e Barcelona já utilizam sensores e análise de dados para monitorar o fluxo de veículos, ajustar semáforos em tempo real e até mesmo prever congestionamentos antes que eles ocorram. Além do trânsito, a IA está ajudando a otimizar o consumo de energia, direcionar serviços de emergência para onde são mais necessários e até melhorar a coleta de lixo com rotas inteligentes baseadas em dados. No campo da segurança pública, algoritmos analisam padrões de crimes e sugerem medidas preventivas para reduzir incidentes. Em Nova York, por exemplo, modelos preditivos ajudam a alocar recursos policiais de forma mais eficaz, reduzindo o tempo de resposta e aumentando a eficiência da patrulha urbana.

Como a tecnologia pode prever problemas urbanos?

1-A inteligência artificial, combinada com big data e sensores espalhados pela cidade, permite a identificação de padrões e anomalias em tempo real. Isso possibilita previsões precisas e ações antecipadas para evitar crises. Por exemplo: 2-Mobilidade urbana: Algoritmos analisam fluxos de tráfego, eventos programados e condições climáticas para prever congestionamentos e sugerir rotas alternativas.3-Recursos hídricos e energéticos: Sensores detectam padrões de consumo e identificam possíveis falhas ou desperdícios antes que se tornem problemas críticos. 4-Saúde pública: Sistemas analisam dados hospitalares e de mobilidade para prever surtos de doenças e planejar respostas mais eficazes. 5-Segurança: Modelos preditivos analisam ocorrências criminais e ajudam a alocar recursos de segurança em áreas com maior risco de incidentes.

O futuro das cidades está em nossas mãos

A transformação digital das cidades não é apenas uma tendência, mas uma necessidade para melhorar a qualidade de vida nas áreas urbanas. A inteligência artificial pode ser uma grande aliada na criação de espaços mais organizados, sustentáveis e eficientes. No entanto, a tecnologia deve ser usada de forma transparente e participativa, garantindo que suas inovações sirvam a todos.

O caminho para cidades mais inteligentes depende da colaboração entre governos, empresas, especialistas e cidadãos. Apenas com uma abordagem integrada e ética poderemos criar espaços urbanos que sejam verdadeiramente inovadores e humanos. Ao longo da minha trajetória como gestor público, consultor estratégico e professor, tenho acompanhado de perto a evolução das práticas de gestão municipal no Brasil e no mundo. Um dos movimentos mais relevantes que estamos vivendo é a consolidação da Governança Digital como eixo central da eficiência, da transparência e da cidadania.

A digitalização deixou de ser apenas uma opção moderna. Hoje, é um imperativo para transformar o serviço público em algo mais acessível, ágil e confiável. A experiência de países que adotaram soluções digitais robustas é clara: redução de custos operacionais e burocracia, maior controle sobre recursos e, sobretudo, mais proximidade com o cidadão. O Brasil tem dado passos importantes com plataformas como o Gov.br, que centralizam diversos serviços em um único ambiente virtual. Essa integração é um avanço, mas ainda temos muito a construir. A transformação precisa ser completa, desde os sistemas de atendimento, até o uso inteligente dos dados para orientar políticas públicas e fortalecer a governança.

Como Melhorar a Eficiência dos Órgãos Públicos?

A automação de processos é uma das formas mais eficazes de tornar a administração pública mais ágil e eficiente. Implementar sistemas de inteligência artificial pode permitir que decisões sejam tomadas com base em análises detalhadas, otimizando o tempo dos servidores e melhorando a prestação de serviços. O crescimento das iniciativas de governo aberto também ganhará força, promovendo mais transparência e acesso à informação para os cidadãos. Outra tendência promissora é a utilização de blockchain para aumentar a segurança em processos governamentais, reduzindo riscos de fraudes e garantindo maior confiabilidade nas transações públicas.

Uma iniciativa fundamental é a capacitação de servidores públicos. Investir em treinamentos e programas de atualização tecnológica é essencial para que os funcionários públicos estejam preparados para lidar com novas ferramentas e metodologias de trabalho. Isso não apenas melhora a qualidade dos serviços prestados, mas também aumenta a produtividade e a motivação dos profissionais.

A gestão de dados também tem se mostrado um fator-chave para a modernização do setor público. Utilizar a análise de dados permite prever demandas, otimizar o planejamento de políticas públicas e evitar desperdícios. Com dados bem estruturados, governos podem tomar decisões mais informadas e implementar programas que realmente atendam às necessidades da população. Por fim, a participação cidadã deve ser incentivada por meio de canais de comunicação diretos com a sociedade. Ferramentas como consultas públicas, plataformas de transparência e aplicativos de interação com o governo permitem que a população acompanhe e contribua com as decisões políticas, promovendo maior transparência e engajamento social.